



Começo, meio, começo: centralidade das relações étnico-raciais na formação em Serviço Social

Beginning, middle, beginning: centrality of ethnic-racial relations in Social Work education

Rosicler Lemos da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0002-0028-159X>

Dagoberto José Fonseca**

 <https://orcid.org/0000-0002-6279-6687>

Jaqueline Silva Ayello***

 <https://orcid.org/0009-0001-3126-3415>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a centralidade das relações étnico-raciais na formação e no trabalho profissional da/o assistente social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, em que se utiliza o método materialista histórico-dialético. Infere-se que, ao longo da trajetória profissional, houve um ensurdecimento quanto a temática em decorrência dos racismos e do mito da democracia racial, além do apagamento dos protagonismos de assistentes sociais negras/os. Entretanto, é a partir das pesquisas, militância e atuação delas/es que o Serviço Social passa a incorporar o debate como bandeira de luta, atrelada ao seu Projeto Ético-Político, em direção à transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Relações étnico-raciais; Centralidade; Formação profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the centrality of ethnic-racial relations in the training and professional work of social workers. This is qualitative and bibliographical research, using the historical-dialectic materialist

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Franca, Brasil). Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: rosicler.silva@unesp.br

**Cientista Social. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil) e Livre Docente em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Araraquara, Brasil). Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP, Araraquara, Brasil). E-mail: dagoberto.jose@unesp.br

***Assistente Social. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Franca, Brasil). Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: js.ayello@unesp.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p55-71

method. It is inferred that, throughout his professional career, there was a deafening regarding the issue of the result of racism and the myth of racial democracy, in addition to the erasure of the leading roles of black social workers. However, it is based on their research, activism and actions that Social Work begins to incorporate the debate as a battle flag, linked to its Ethical-Political Project, towards social transformation.

KEYWORDS

Ethnic-racial relations; Centrality; Professional training; Social Work.

Introdução

No cotidiano brasileiro, situações de racismos estampam os jornais e as redes sociais, entretanto, nem sempre as suas manchetes os qualificam como crime, que, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, é inafiançável e imprescritível. Em muitos casos, não se observa grande comoção e indignação social, ao contrário, ocorrem falas e comentários racistas que minimizam e questionam a veracidade dos crimes, inclusive culpabilizando as vítimas, afirmando que pessoas negras não devem ficar se vitimizando, mas, sim, mostra o seu potencial e trabalhar.

A invisibilidade, naturalização e desqualificação dos crimes de racismos também estão presentes nas delegacias de polícia e no judiciário. O desafio inicia-se no registro do boletim de ocorrência, para que o crime receba a qualificação adequada. Posteriormente, para que seja julgado procedente e as/os autoras/es responsabilizadas/os, recebendo às devidas punições previstas em lei.

Não obstante, são assustadores os índices que escancaram as desigualdades étnico-raciais no país, como: desemprego; subemprego; trabalho infantil; insegurança alimentar e de renda; diferença salarial; ocupação de cargos de chefia, de liderança e políticos; cárcere; homicídio; feminicídio; violência doméstica; institucionalização de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento; analfabetismo; evasão escolar; ingresso em universidades; mortalidade infantil e materna; desnutrição infantil; entre outros.

Assim, os racismos se expressam de várias formas na vida da população negra brasileira, ocorrendo de forma velada ou explícita. São mais de oitenta tiros no carro; oito tiros nas costas; crianças e adolescentes com uniformes escolares atingidos por balas ‘perdidas’ da polícia militar; abuso de poder policial, com violência e força excessiva em abordagens; criança morta ao cair do nono andar de um prédio ao estar sob os cuidados da empregadora de sua mãe; espancamento ou sufocamento até a morte por seguranças de hipermercados; abordagens e posturas indevidas de funcionárias/os em acusações infundadas de furto em lojas; deslegitimação e estranhamento quando negras/os ocupam cargos de ‘status e prestígio’; piadas, brincadeiras, xingamentos e ofensas relacionadas à cor da pele, traços físicos, formato do nariz e da boca, espessura do cabelo, entre outras.

Infelizmente, a lista é grande, haja vista que os racismos adentram as instituições públicas e privadas, o lúdico, a linguagem, a religião, a espiritualidade, a ciência, a epistemologia, a cultura, ou seja, todos os espaços da vida em sociedade. Todavia, o mito da democracia racial impregnado no País atrelado à manutenção de privilégios e ao poder da branquitude, tenta impedir o debate quanto às relações étnico-raciais, bem como a implantação e/ou efetivação de políticas públicas afirmativas para o enfrentamento e erradicação dos racismos.

Portanto, o Serviço Social não está imune à produção e à reprodução dos racismos, tanto na sua formação quanto no seu trabalho profissional. Em sua gênese, o debate e ações sobre as relações étnico-raciais foram realizadas pelas/os poucas/os negras/os que adentraram o curso, considerando que as primeiras turmas eram compostas majoritariamente por mulheres brancas. Durante décadas, grande parte da categoria profissional invisibilizou e se ensurdeceu¹ diante das inúmeras violências vivenciadas diariamente pela população negra brasileira, enquanto sequelas do longo período escravista, perpetuadas através da manutenção dos racismos e da ausência de políticas públicas reparatórias.

Mesmo com a resistência de africanas/os que desde seu sequestro em África, se organizaram e lutaram bravamente pela liberdade — lutas que permanecem até os dias atuais protagonizadas por lideranças e movimentos negros — é somente a partir da década 1970, que a profissão adensará as discussões sobre as relações étnico-raciais devido ao aumento do ingresso de mulheres negras no curso, que irão tensionar o mesmo na formação, nos eventos e produções científicas, nas entidades de representação de classe e nos espaços socio-ocupacionais.

Nos últimos anos, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), pautados no Projeto Ético-Político, vem convocando a categoria profissional para o debate sobre as relações étnico-raciais, entretanto, ainda existem lacunas e desafios para efetivação da formação antirracista na graduação e pós-graduação, reverberando no trabalho profissional.

Destaca-se o recorrente discurso de que a temática é transversal e deve abranger todas as disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Todavia, pode se incorrer no risco de o debate não ser priorizado e realizado com a densidade e criticidade necessárias, de forma indissociável à questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. Ainda, observa-se a falta de reconhecimento do protagonismo de assistentes sociais negras/os ao longo da história da profissão, em especial na sua origem.

Nesse sentido, o presente trabalho visa, a partir dos avanços e retrocessos da profissão e sua paulatina incorporação das relações étnico-raciais, refletir sobre a centralidade da temática na formação em Serviço Social na graduação e pós-graduação, bem como no trabalho profissional. Pretende-se evidenciar assistentes sociais negras/os, que estão presentes desde a gênese da profissão, discutindo, produzindo, atuando e militando no enfrentamento aos racismos. Ainda, busca-se explicitar alguns marcos históricos fundantes para o adensamento do debate da temática no Serviço Social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, em que se utilizou o método materialista histórico e dialético. Realizou-se a revisão bibliográfica de periódicos e livros, que versam sobre a formação profissional em Serviço Social na perspectiva das relações étnico-raciais, além da consulta de plataformas digitais para coletar informações sobre as

¹Utiliza-se o termo ensurdecer para enfatizar que a população negra brasileira nunca foi silenciada, nem durante e nem após o período de escravismos. Suas vozes não se calaram, permaneceram bradando e entoando seus cantos em busca da liberdade e da justiça. Contudo, a branquitude se ensurdeceu para não ouvir e não se incomodar com o clamor de negras/os, mantendo seus privilégios e poder (Araújo, 2021).

biografias de assistentes sociais negras/os. Este estudo se originou de inquietações e provocações surgidas durante a 7ª Edição do Projeto ABEPPS Itinerante “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”, realizada em 2024 pela regional Sul II, além das vivências e acúmulos teóricos de suas/seus autoras/es.

O texto está organizado em quatro partes a saber: a primeira, apresenta uma síntese da formação socio-histórica brasileira, relacionada ao percurso histórico do Serviço Social; a segunda, discute sobre a transversalidade versus a centralidade do debate das relações étnico-raciais na formação e no trabalho profissional da/o assistente social; na terceira, evidencia-se os protagonismos e as contribuições de assistentes sociais negras/os desde a gênese do Serviço Social; a quarta parte, abarca os principais marcos históricos da profissão entre os anos de 1989 e 2024, no que se refere ao adensamento das relações étnico-raciais, especialmente nos eventos e produções científicas.

Brasil: histórias para ninar os da Casa Grande ou incomodá-los em seus sonhos injustos?

O Brasil ostenta em sua história o péssimo título de último país das Américas a abolir a escravização, “carregando, portanto, a marca histórica de campeão em desigualdades” (Madeira, 2022, p. 76). São as comunidades africanas e indígenas, desapropriadas de sua humanidade, tratadas como mercadoria e propriedade de famílias europeias escravocratas, as responsáveis por construir com as palmas de suas próprias mãos o progresso de um país que as nega, criminaliza, violenta diariamente, e tempos depois, sequer as consideram aptas e qualificadas ao trabalho remunerado.

Segundo Eurico (2017), o processo histórico de escravização de pessoas africanas no Brasil, possui o racismo moderno enquanto característica intrínseca em sua dinâmica de organização e funcionamento. Seu caráter estrutural se deve aos privilégios concedidos à classe dominante branca a supremacia branca, que submete um grupo inteiro em decorrência de sua origem étnico-racial negra, a partir do século XVI.

Para a sua manutenção, tal estrutura necessita sofisticar-se constantemente, obtendo as legislações e acordos a seu próprio favor, citamos aqui a chamada “Lei de Terras” assinada em 1850 durante a regência do Imperador Pedro II. Esta legislação determinava que o Estado, que anteriormente era o concessionário de terras, criasse uma medida que “prendesse” a estrutura fundiária sob a propriedade dos senhores escravocratas, que poderiam decidir o futuro das mesmas, sendo um deles arrendar-lhes aos imigrantes vindos da Europa que chegariam ao Brasil em 1875, a partir das Políticas Imigrantistas, de embranquecimento da população (Adão, 2017).

De acordo com Eurico (2017), o racismo científico também foi braço fundamental para a manutenção das desigualdades entre brancas/os e negras/os em nível global, a partir da criação de teorias raciais que construíram um imaginário permeado de estereótipos do ser negra/o associados ao primitivismo, depravação sexual, a violência e criminalidade. Não à toa, frases como ‘criminoso nato’, são facilmente localizadas em pareceres de assistentes sociais, até os dias atuais. Tais justificativas foram base de sustentação do sistema capitalista de produção, uma vez que é regido pela dominação de um grupo sob o outro.

Como sinalizado por Eurico (2017), se por um lado existe expansão e modernização dos setores capitalistas em detrimento da força de trabalho escravizado, por outro, existe o

alargamento da exploração deste grupo em decorrência da alta demanda de produção dos chamados artigos coloniais para a exportação no mercado internacional, sendo o café, um destes.

Entretanto, é primordial considerar as capacidades e potências articuladoras, organizativas, políticas e estratégicas das populações negras e escravizadas, considerando seus trânsitos entre Casa Grande e Senzala, mas, sobretudo, suas rotas de fuga até os Quilombos. Onde revoltas, como a Conjuração Baiana (1798), Revolta dos Malês (1835), a Balaiada (1835-1841), a Greve dos Queixadas (1962-1969), e outras, são exemplos da alta organização deste grupo, em busca de sua libertação.

As diversas medidas adotadas pelo governo brasileiro, a fim de cativar imigrantes, não dão conta de mudar tal realidade, onde trabalhadores nacionais livres e imigrantes são apontados enquanto improdutivos e desobedientes, ao abandonarem seus precários postos de trabalho, perceberem a exigência do cumprimento de regras e a situação de privilégio de seus patrões.

Fundamental é tecer críticas aos estereótipos construídos sob os corpos negros, associados à preguiça e malandragem, contudo o que se percebe a partir de Eurico (2017), é o contrário, estas/es são responsáveis pela construção do ‘progresso’ do País, o que também perpassa a/o trabalhadora/or nacional, fruto do processo branqueador da miscigenação. Enquanto, a/o imigrante, vinda/o ao Brasil sob garantia de terras e trabalho remunerado, tem sua conduta de insubordinação facilmente justificada.

Tal fato ocorre devido ao desejo do País em modernizar-se, ou seja, embranquecer-se, ‘botando uma pedra’ em seu passado-presente marcado pela escravização, acreditando-se, a partir de teorias raciais, uma destas o darwinismo social, que negras/os e indígenas deixariam de existir a partir de seus contatos com as populações imigrantes, consideradas superiores.

Neste breve caminho histórico, percebe-se que os racismos influenciaram profundamente as relações sociais no Brasil, impactando também a formação da classe trabalhadora, da qual, inicialmente, a população negra foi excluída.

É no cenário do pós-abolição onde o País vivenciava seu processo de consolidação no capitalismo desenvolvimentista e sua urbanização tardia, que é possível localizar a chegada das primeiras assistentes sociais no Brasil, que tinham o propósito de atender as demandas do Estado e da Burguesia, desconsiderando o processo escravista e suas consequências violentas para população negra e indígena.

O Serviço Social e as relações étnico-raciais: transversalidade x centralidade

O Serviço Social brasileiro está diretamente relacionado desde a sua gênese às iniciativas da Igreja Católica, com o objetivo de ‘qualificar o laicato’, sobretudo as mulheres pertencentes às classes burguesas, “para dinamizar sua missão de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto a família operária” (Iamamoto, 2006, p. 83).

Nesse sentido, a vinculação entre Igreja Católica, Estado e burguesia imprime às/aos assistentes sociais um conjunto de práticas conservadoras e positivistas de ‘ajustamento’

das pessoas consideradas desajustadas, às criminalizando e culpabilizando por seu estado de vulnerabilidade, reproduzindo e reforçando no âmbito das respostas à questão social e suas expressões, o chamado mito da democracia racial².

Nascimento (1978), sinaliza que o mito da democracia racial tinha por objetivo disseminar a narrativa de que as relações raciais se consolidaram de forma harmoniosa no Brasil, por ser um país miscigenado, diferentemente dos Estados Unidos da América, onde ocorreu o Apartheid, a divisão literal de pessoas negras e brancas, e o incentivo ao genocídio de pessoas negras a partir de legislações e organizações da sociedade.

É em meio às denúncias nacionais e internacionais, e na efervescência dos movimentos negros, ao lado de outros movimentos sociais, que assistentes sociais negras/os, que já pautavam e denunciavam o mito da democracia racial no interior da categoria profissional, passam a incorporar o debate a partir de suas produções acadêmicas e atuações profissionais, ampliando as lentes de análise da realidade social vivenciada por pessoas negras.

Os debates em torno das relações étnico-raciais, outrora chamada ‘questão racial’, têm se colocado na trajetória do Serviço Social brasileiro, enquanto pauta urgente há muitos anos, muito embora tenha sofrido diversos ensurdecimentos em meio aos caminhos do tempo, por alguns justificados pela dimensão estrutural do racismo, por outros enquanto escolha política da profissão.

Entretanto, é a partir da potência articuladora, dos tensionamentos e pressões exercidas por assistentes sociais negras/os, ao ocuparem os espaços da graduação, pós-graduação, entidades representativas da profissão, o trabalho em diversos setores e nas lutas junto aos movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros e de mulheres, que tal cenário sofre transformações fundamentais.

Essas movimentações influenciam as entidades representativas da profissão, tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que passam a incorporar o debate em torno das relações étnico-raciais em suas campanhas formativas, o que só foi possível mediante a ocupação destes espaços por assistentes sociais, docentes e discentes negras/os, que tensionaram para que o mesmo não se restrinja a eventos pontuais nas universidades e espaços socio-ocupacionais, mas se dê de forma central, qualificada e contínua.

As reivindicações da centralidade do debate nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, são acompanhadas de legítimas e contundentes justificativas, uma destas é a de que na concretude das mais variadas realidades, em sua maioria, a transversalidade das pautas, ou seja: relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, anticapacitista, antietarista e ademais, acontece de forma

²É importante pontuarmos que o Serviço Social não foi a única profissão responsável por reproduzir e fortalecer o chamado mito da democracia racial naquele contexto, uma vez que se tratava de uma ideologia racial produzida e reproduzida por todos os setores da sociedade (Ferreira, 2010).

fragmentada, a partir de disciplinas de caráter optativo, ou seja, ficando a critério da/o discente matricular-se.

Quando não, a transversalidade é utilizada como meio de se esvair, sob a justificativa de que a centralidade da classe social dá conta de compreender as particularidades e complexidades das relações étnico-raciais. Outrora, centram-se em associar o debate somente aos racismos vivenciados pelas populações negras, mas se esquecem das indígenas, quilombolas, amarelas e mesmo de trazer a população branca para o diálogo, a partir de sua branquitude. Sampaio e Souza (2024, p. 6) citam que “no campo da formação profissional, Pinto aponta marcas do economicismo, de inconsistência teórica, da interdição do assunto sobre a questão racial forjada pela alegação de que tudo é uma questão de classe, denotando nenhum avanço”.

A fim de aprofundar a crítica quanto à urgência da centralidade do debate na formação e no trabalho profissional da/o assistente social, utiliza-se enquanto apoio o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996).

O Código de Ética Profissional (1993), documento responsável por orientar a atuação profissional cotidiana, atribuindo-lhes princípios e diretrizes éticos, posicionando a profissão na defesa intransigente dos direitos e na luta por uma sociedade igualitária e justa, evidencia seu compromisso profissional contra todas as práticas de exploração, sejam relacionadas a raça, etnia, gênero, orientação sexual e de classes (Almeida, 2013).

Contradicoratoriamente, ao assumir-se combativo a todas as formas de opressão e exploração identifica-se na trajetória do Serviço Social brasileiro, resistências quanto ao localizar o debate das relações étnico-raciais no centro das interpretações e intervenções na realidade social. Tais desafios apontam a urgência do alinhamento entre a formação e a atuação profissional.

Após o Movimento de Reconceituação da profissão (1965 a 1975), evento que marca a sua ‘virada’ em toda a América Latina, sob a influência das lutas e movimentos sociais de base em busca do rompimento com a sua raiz conservadora e eugenista, esta assume o compromisso com a construção de um direcionamento crítico e ético quanto a formação e a prática profissional.

Com a aprovação do currículo mínimo, pela ABESS, iniciado em 1979 e aprovado em 1982, pelo Conselho Federal de Educação, é possível localizar transformações significativas quanto às suas bases teóricas, históricas, metodológicas e técnicas (Rocha, 2014). Abrindo caminhos para, entre 1994 e 1996, formalizarem-se discussões quanto às Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, resultando na revisão e adesão a novas alterações e orientações para o currículo profissional.

O debate das relações étnico-raciais passa a ser incorporado em sua inteireza, 18 anos depois. Sendo inserido o no núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira de forma fragmentada, sem que se relate em continuidade às demais disciplinas de fato, explicitando que a transversalidade do debate, por vezes, não se concretiza.

Se tratando da formação profissional ainda existem diversas lacunas, pois os Projetos Pedagógicos e Currículos devem ser compreendidos enquanto legislações que possuem função social, e não apenas enquanto documentos de meras instruções técnicas (Souza; Alves, 2024).

A proposta da centralidade do debate, consiste em que ele possa de fato ser abordado em todo o processo formativo que envolve o tripé-universitário (ensino, pesquisa e extensão), de forma que as discussões não se limitem a temática dos racismos, ensurdecendo as potências e o protagonismo dos povos africanos e indígenas, ou mesmo, que esta seja abordada de maneira fragmentada as demais.

Sempre nós?! Protagonismos negros no Serviço Social

As pioneiras negras do Serviço Social realizaram um importante movimento, na maioria das vezes árduo, solitário, ensurdecido e invisibilizado, para que as relações étnico-raciais estivessem em evidência e fossem pautadas pela categoria profissional. Reconhecer seus protagonismos, reverenciando seus nomes, produções e atuações, consiste em uma reparação histórica, haja vista que a formação socio-histórica do Brasil é permeada por racismos e por políticas de embranquecimento que tentaram apagar o saber, a intelectualidade, a cultura, a existência e a resistência da população negra em todos os âmbitos, inclusive na academia e na produção científica.

Desde a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, entre as décadas de 1940 e 1950, a assistente social Maria de Lourdes Vale Nascimento, protagonizava diversas ações antirracistas e antimachistas. Assistente social, jornalista, intelectual, natural da cidade de Franca (SP), foi cofundadora do TEN ao lado de Abdias Nascimento, com quem fora casada. Escreveu artigos para o Jornal Quilombo e lutou pelos direitos das empregadas domésticas, em sua maioria mulheres negras, denunciando inclusive a violência policial contra tais trabalhadoras.

Além dos racismos, o machismo também esteve presente na vida de Maria de Lourdes, que apesar da ampla produção científica e importante atuação política, não possui o devido reconhecimento no país. Em sua atuação enquanto assistente social, Maria de Lourdes enfatizava o debate sobre a mortalidade infantil que atingia majoritariamente crianças negras, bem como sobre a atenção e cuidados durante a gravidez e parto. Em 1949, realizou o Congresso Nacional de Mulheres Negras, que discutiu sobre os direitos das empregadas domésticas, sendo criado no ano seguinte o Conselho Nacional de Mulheres Negras e posteriormente a Associação Profissional das Empregadas Domésticas. Juntamente com Sebastião Rodrigues Alves, outro pioneiro negro do Serviço Social, utilizava a arte no enfrentamento aos racismos e para a promoção da educação e da saúde mental (Almeida, 2022).

Ainda, compondo a primeira geração de assistentes sociais e de mulheres negras a concluírem um curso universitário no país, tem-se Yvonne Lara da Costa (1921–2018), que se formou em 1947 na Escola Anna Nery no Rio de Janeiro (RJ). Se aposentou como assistente social em 1977, após trinta anos de atuação no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II, trabalhou com a psiquiatra Nise da Silveira, tanto na implantação de elementos artísticos na saúde mental, quanto na luta pela reforma psiquiátrica. Ivone Lara também

conquistou o Brasil com suas músicas e sua voz, reconhecida como ‘Rainha do Samba’ e ‘Grande Dama do Samba’, sendo a primeira mulher a assinar a composição de um samba-enredo e integrar a ala de compositores da escola de samba Império Serrano (CRESS-SC, 2013).

Conceição de Maria Costa Muniz, foi uma das pioneiras do Serviço Social fluminense, ingressando no curso em 1959. Durante a graduação, na presidência do Centro Acadêmico lutou pela criação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ao lado de Heloisa Monteiro Paixão, no ano de 1962, fundou a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em Campos do Goytacazes (RJ), sendo a primeira faculdade pública e gratuita no Norte Fluminense (Costa; Iamamoto, 2022). Os cursos de Serviço Social de Niterói e de Campos se diferenciavam dos demais, devido admitirem “[...] mulheres descasadas, negras e espíritas” (Costa; Iamamoto, 2022, p. 11), haja vista que os outros possuíam estudantes que compunham a ‘elite’ branca brasileira. Conceição Muniz foi diretora e professora da Escola de Campos, atuou no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, no Instituto Nacional de Previdência Social e no Educandário para Cegos São José Operário. Hoje, com 94 anos, consistindo em memória viva do Serviço Social, se descreve em sua conta³ no Instagram como professora, assistente social e escritora.

No ano de 1960, Sebastião Rodrigues Alves (1913–1985) em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A ecologia do grupo afro-brasileiro”, debatia sobre os racismos vivenciados pela população negra brasileiros e o papel da/o assistente social para seu enfrentamento, afirmando que “O Serviço Social além de sua finalidade específica, terá de lutar para vencer a barreira existente contra o grupo afro” (Alves *apud* Sampaio; Souza, 2024, p. 4).

Destaca-se que Rodrigues Alves, ao ingressar no curso de Serviço Social, já era um importante intelectual e militante do movimento negro. Amigo de Abdias Nascimento, foi cofundador do TEN (1944), do Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1944), do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro (1959) e da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (1981). Participou da Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização (1946) e de várias frentes na luta antirracista. Além da publicação de livros, também escrevia artigos para o jornal Diário Trabalhista (Sampaio; Souza, 2024).

A partir da década de 1970, com a entrada de mais mulheres negras e militantes nos cursos de Serviço Social, ocorreu maior tensionamento do debate sobre as relações étnico-raciais na graduação, no trabalho profissional e nas entidades de representação da categoria. Cita-se Magali da Silva Almeida, que ingressou no curso de Serviço Social em 1974, compôs várias gestões do CRESS do Rio de Janeiro, pautando a luta antirracista na agenda do conselho e convocando a categoria profissional para endossar a mesma.

Em 1988, enquanto vice-presidente do CRESS-RJ, articulada com os movimentos negros, Magali auxiliou na organização da Marcha Contra a Farsa da Abolição, momento em que a seccional se tornou referência para outras entidades de classe. No Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em 1989, juntamente com Fátima, defendeu publicamente a tese “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”, aplaudidas de pé,

³ <https://www.instagram.com/conceicaodemariacostamuniz/?igsh=MXc3aWNuOGFwZmN5cA%3D%3D#>.

abordaram as expressões da questão social e as determinações do racismo no marco do capitalismo (Almeida, 2013). Exímia pesquisadora e docente desde 1979, permanece atuante na luta antirracista e na incorporação do debate das relações étnico-raciais na formação, na produção científica e no trabalho profissional da/o assistente social. Além de compor comissões do CFESS, integra o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) ampliado Serviço Social Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça-Etnia e Sexualidade da ABEPSS.

Maria Inês da Silva Barbosa graduou-se em Serviço Social, em 1976, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. É docente desde 1995, atualmente é professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Suas linhas de pesquisa compreendem as temáticas sobre racismo, saúde reprodutiva da mulher negra, saúde da população negra e indígena.

Outra importante protagonista negra é a assistente social, Suelma Inês Alves de Deus, que concluiu o curso de Serviço Social em 1982 na PUC/SP. Ministrava aulas nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, na Universidade de Guarulhos e na Faculdade de São Paulo. Faz parte da diretoria do Instituto GERA-aproximando gerações e da Soweto Organização Negra, compõe o Grupo de Estudo das Relações Étnico-Raciais no Serviço Social e pesquisa sobre envelhecimento, raça e etnia, habitação e desenvolvimento urbano.

No mesmo ano, Benedita Souza da Silva Sampaio, se forma como assistente social na Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro (RJ). Com uma extensa e relevante participação sindical e na política brasileira desde 1983, até o momento, foi a única mulher negra eleita para o cargo de deputada federal e reeleita para um segundo mandato em 1991, além do mandato como senadora do Brasil em 1994. Foi Governadora do Rio de Janeiro no período de 2002 a 2003 e posteriormente, Ministra da Assistência e Promoção Social do Brasil de 2003 a 2007. Atuou como Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2010 e novamente foi eleita deputada federal do Rio de Janeiro, cumprindo os mandados de 2011 a 2015, de 2015 a 2019, 2019 a 2023 e o vigente que encerrará em 2027 (Câmara dos Deputados, 2025).

No ano seguinte, Matilde Ribeiro se graduou em Serviço Social. Ela se descreve em seu currículo lattes enquanto “ativista antirracista e feminista, pesquisadora, escritora e poeta”. Com uma importante atuação na política, entre 1997 e 2001, foi assessora de Direitos da Mulher no mandato de Celso Daniel na cidade de Santo André (SP); ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial no período de 2003 a 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e secretária adjunta de Igualdade Racial na gestão do Fernando Haddad, governador de São Paulo, nos anos de 2013 e 2014. Representando a direção do Conselho Regional dos Assistente Sociais (CRASS), Matilde participou dos debates do Movimento Negro em 1988, opondo-se ao posicionamento de José Sarney, presidente do Brasil, referente ao centenário da abolição da escravatura. Na época era a única negra na direção do CRASS e ao receberem o convite questionou por que tinha que ser ela para participar, mas decidiu ir e desde então permanece atuante nos movimentos negros (Ribeiro, 2013).

Em 1984, Maria José Pereira dos Santos (1959–2013) apresentava seu TCC na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), abordando a temática do Serviço Social e as

desigualdades raciais. Durante a graduação em Serviço Social, participou ativamente do Grupo Negro da PUC-SP, realizando diversos eventos científicos que pautaram o debate sobre os racismos existentes no país e estratégias para o seu enfrentamento. Majô, como era chamada, ao longo da sua atuação profissional enquanto assistente social, permaneceu atuante em movimentos negros e em espaço de controle e participação social relacionados à saúde da população negra (Memorial Lélia Gonzales, 2013).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no mesmo período, se formou a assistente social, Lucia Maria Xavier Castro. Militante do movimento estudantil, participou do centro acadêmico e colaborou com a fundação do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro (RJ). Atuou no grupo Acorda Criola, da Cidade de Deus e no Núcleo Negro de Luta Comunitária do Instituto de Pesquisa de Cultura Negra. Em 1992, instituiu a ONG Criola, pautando a luta contra o racismo, o sexism, o homofobia (CRESS-SC, 2023).

Elisabete Aparecida Pinto trouxe o debate étnico-racial no seu TCC em 1986, o qual após 17 anos foi publicado em livro “O Serviço Social e a questão étnico racial: um estudo de sua relação com usuários negros”. Ela realizou uma importante reflexão sobre o Serviço Social; questão étnico-racial; o mito da democracia racial; a relação de assistentes sociais com usuários negros; políticas sociais enquanto espaços produtores e reprodutores dos racismos; ausência do debate étnico-racial na formação profissional. Ainda, denunciou a recusa e desmerecimento da temática estudada, o que dificultou a realização da sua pesquisa, entretanto, expôs a rede de apoio e fortalecimento proporcionada em especial pela “Fala Preta!”, organização de mulheres pretas, sem fins lucrativos, fundada em 1997 na cidade de São Paulo (SP) (Sampaio; Souza, 2024).

Pesquisadora, intelectual e militante do movimento negro, Elisabete Pinto foi sociofundadora da ‘Fala Preta’, integrante do Geledés e organizadora do curso de extensão universitária “A questão racial no Brasil”, ministrado por Clóvis Moura e Henrique Cunha Junior. É professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia e importante referência para a categoria profissional, que permanece atuante e aguerrida. Além de inúmeras produções científicas, participa de diversos eventos trazendo provocações e contribuições que são antigas, mas permanecem atuais e urgentes para a profissão, como no Seminário e Aula Magna “Protagonismos Negros na História do Serviço Social”, realizado em 2024, pelo Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão, câmpus de Franca, afirmando que assim como classe social, “[...] gênero, etnia e raça são lentes para olhar o mundo”.

Desde 1990, evidencia-se e reverencia-se: Maria Zelma de Araujo Madeira, Sarita Teresinha Alves Amaro, Renata Gonçalves, Roseli da Fonseca Rocha, Tereza Cristina Santos Martins, Denise do Carmo Ferreira, Marylucia Mesquita (*in memoriam*), Maria Helena Elpídio, Taís Pereira de Freitas, Márcia Campos Eurico, Alan de Loiola Alves, Ana Paula Procópio da Silva, Rachel Gouveia Passos, Carla Akotirene, Sheila Dias Almeida, Tales Fornazier, Robertas, Kajalis, Leonardos, Elaines, Amabiles, Tahinas, Marias Lorranas, Sarahs, Gabrieles, Camilas, Chelimans, Daianes, Marias Fernandas, Sabrinas, Helenas, Marcus, Francielys, Giovannas, Amandas, Anas Marias, Gilmaras e muitas/os outras/os assistentes sociais que permanecem debatendo, com criticidade e propriedade intelectual, a centralidade das relações étnico-raciais no Serviço Social, fortalecendo a luta antirracista enquanto bandeira da categoria profissional dentro e fora dos muros da academia.

Quando a gira epistêmica girou! Do CBAS de 1989 ao ENPESS de 2024

É possível visualizar que a trajetória do Serviço Social brasileiro quanto às relações étnico-raciais não é algo recente, muito embora venha ganhando maior reconhecimento nos últimos anos a partir do movimento de *Sanfokar* das/os assistentes sociais negras/os que, no tempo presente, buscam no passado os caminhos para semear o futuro da profissão na luta antirracista atrelada ao seu Projeto Ético-Político.

A não negação do passado para a construção do presente-futuro, é o fundamento ético-político responsável por permitir que os debates postos no real avancem. O histórico das lutas, articulações e mobilizações travadas por estas/es profissionais, são abre-caminhos para aquelas/es que virão. A circularidade, valor civilizatório que sustenta as continuidades negras desde o período da escravização no Brasil, reforça a ideia de “começo, meio e o começo”, ensinado por Nego Bispo (2024). Ou seja, o compromisso que se renova a cada dia, a cada tempo e a cada geração de assistentes sociais negras/os no combate aos racismos. Assim, com o objetivo de reforçar as continuidades destas/es profissionais negras/os quanto ao avanço do debate no interior do Serviço Social, serão evidenciados alguns marcos históricos relevantes para a profissão.

Aponta-se o VI CBAS, que ocorreu em 1989, dez anos após o ‘Congresso da Virada’, como um importante marco histórico para o tensionamento do debate no Serviço Social, em um período que o Brasil vivenciava seu processo de redemocratização, com a participação ativa dos movimentos sociais. Foi neste evento, que assistentes sociais negras/os apresentaram os resultados de suas pesquisas científicas, evidenciando que mesmo com o processo de reconceituação da profissão, “as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe” (Ribeiro, 2004, p. 151).

Em 2010, ocorreu o 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, o qual obteve importantes deliberações quanto a estratégias de luta conjunta, frente a precarização do ensino e do trabalho profissional de assistentes sociais. Importante ressaltar que uma das mesas temáticas ocorridas no evento teve como palestrante Roseli Rocha, assistente social negra, que expôs a conjuntura de desigualdades raciais vivenciadas pela população negra no Brasil, a urgência e necessidade das ações afirmativas para garantia de acessos desta população aos bens e serviços de forma igualitária, articulando a pauta das relações étnico-raciais ao Projeto Ético-Político da profissão.

No ano de 2010, foi criado o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”. Com o objetivo de ampliar e sistematizar as produções acadêmicas existentes nas determinadas áreas, apontando também as novas pesquisas e direcionamentos do debate, incentivando a sua continuidade e articulando junto aos grupos de pesquisa sobre as relações étnico-raciais.

No 40º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, cujo tema foi “40 anos construindo a história do Serviço Social”, em 2011, foi abordada a urgência do fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional em articulação as lutas Anticapitalista, Antirracista no que tange a população negra e indigna, e AntiLGBTQIAPN+fóbica (CFESS, 2011).

Em 2017, o conjunto CFESS/CRESS lança a campanha “Assistentes Sociais no combate ao Racismo”, de fundamental relevância na história do Serviço Social brasileiro, pois coloca

em centralidade a pauta do combate ao racismo, mobilizando assistentes sociais em todo o país a qualificarem-se sobre a temática. Além de adensar as discussões sobre os racismos, pontua a urgência da profissão em possuir atuação antirracista, enfatizando que “em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista!”, como ensinado por Angela Davis (2016).

A ABEPSS lançou em 2018 o “Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-racial na formação em Serviço Social”. O documento possui como objetivo “contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais” (ABEPSS, 2018, p. 10). Traça breve histórico da profissão e as ações desempenhadas pelas entidades representativas da profissão frente ao debate, apontando as preocupações quanto à formação e atuação profissional, considerando as ausências deles nos currículos acadêmicos das UFAS. É a partir deste, que a ABEPSS coloca como uma das centralidades de sua agenda política a construção de um projeto de formação profissional antirracista, provocando as demais regiões que compõem a entidade a desempenharem ações e ciclos de formação, a partir de subsídios teóricos, empíricos e políticos.

Em 2019, é organizada pelo CFESS a campanha “Se cortarem os direitos, quem é preta e pobre sofre primeiro”, no dia 15 de maio, em comemoração ao Dia da/o assistente social. Trata-se de uma denúncia que são as mulheres negras, historicamente marginalizadas, invisibilizadas e alijadas de seus direitos, em decorrência da intersecção do racismo, machismo e capitalismo, as maiores afetadas frente à precarização e sucateamento dos equipamentos públicos, sendo a Política de Assistência Social, um destes.

A partir desta campanha são identificadas movimentações expressivas na adesão da perspectiva interseccional, para compreender as articulações das violências que atravessam as mulheres negras. Destaca-se o crescente número de produções de assistentes sociais negras sobre a temática, ressaltando a publicação do livro “Interseccionalidade”, da autora Carla Akotirene, no mesmo ano.

Durante o XVII ENPESS, em 2022, é lançado pela ABEPSS a “Plataforma Antirracista”, biblioteca virtual específica para as produções sobre o debate das relações étnico-raciais e do Serviço Social. No ano seguinte, ocorreu a Oficina nacional da ABEPSS, cujo tema foi “Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior”. Durante a oficina, foi identificada a urgência em se avançar na formação antirracista, abordando as relações étnico-raciais, também a partir da perspectiva indígena, qual existem insuficiências de estudos e produções não apenas na área de conhecimento do Serviço Social.

Assim, a formação antirracista foi elencada enquanto agenda prioritária da gestão da ABEPSS (2023-2024), compondo em 2024, temática de dois eventos de fundamental relevância para a categoria profissional, a 7ª Edição da ABEPSS Itinerante e o 18º ENPESS. Ambos, pautaram a transversalidade versus centralidade nos processos de formação profissional, abarcando o ensino, pesquisa e extensão. Sendo possível identificar que houve avanços nas discussões, entretanto, ainda existem desafios, haja vista que algumas UFAs não possuem disciplinas específicas sobre a temática e as reflexões ocorrem

pontualmente, sem a densidade e criticidade necessárias. Destaca-se também a fragilidade quanto às discussões sobre a população indígena e a branquitude.

Considerações finais

O presente artigo visou, a partir dos avanços e retrocessos da profissão e sua paulatina incorporação das relações étnico-raciais, refletir sobre a transversalidade e centralidade da temática na formação em Serviço Social na graduação e pós-graduação, bem como no trabalho profissional, a partir das potências articuladoras daquelas/es, assistentes sociais negras/os, que tensionam a pauta desde a gênese da profissão.

Foi construído breve, porém necessário resgate quanto à história do Brasil, país campeão em desigualdades, que não buscou incorporar a população negra em seu processo modernizador, no pós-abolição. Porém, foi responsável por propagar o discurso do mito da democracia racial, também reproduzido pelo Serviço Social brasileiro.

A partir dos tensionamentos e articulações de assistentes sociais negras/os, junto aos movimentos sociais, que a categoria profissional passa a incorporar o debate, o que se expressa no 16º CBAS em 1989, e ali se abrem caminhos para os demais marcos da profissão, ao reposicionar as relações étnico-raciais em suas produções e atuação profissional cotidiana.

Não se quer incorrer no risco de afirmar que somente os nomes aqui referenciados construíram tamanho legado, considerando o brutal ensurdecimento vivenciado pela população negra quanto aos seus imensos feitos na história do País, o que também se estende à trajetória das/os assistente sociais negras/os.

Assim, muitas/os outras/os existiram, existem e estão por vir, com o começo, meio e o começo dos tempos, responsáveis por renovar o debate, e consequentemente a profissão, em direção à transformação societária que há muito almeja-se.

Por fim, considera-se que a luta pela centralidade das relações étnico-raciais é histórica e constante, se fazendo urgente ser ampliada, qualificada e incorporada nos projetos pedagógicos e currículos acadêmicos das instituições de ensino, em nível de graduação e pós-graduação, para que, enfim, avancem, rompendo às análises enviesadas e por vezes insuficientes que recorrem a afirmar que ser racista é ruim, mas não combatem as raízes dos racismos, em todos os espaços em que se circulam. Ou mesmo, ampliar as percepções quanto aos protagonismos e às resistências das populações negras e indígenas pela transformação societária que a categoria há muito vislumbra.

Referências

- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social.
2018. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

ADÃO, Cláudia R. **Territórios de morte:** Homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI <https://doi.org/10.11606/D.100.2018.tde-29012018-131847>

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Eliane de S. Sob o manto do esquecimento: Maria de Lourdes Vale do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 260–271, jul./dez. 2022.

ALMEIDA, Magali da S. Entrevista com a professora Magali da Silva Almeida. **Libertas:** R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231–239, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ARAÚJO, Ayni E. **Peço licença as minhas mais velhas:** mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021. 163f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216893/araujo_ae_dr_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 28 fev. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia Benedita da Silva.** 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório final "40 anos construindo a história do Serviço Social".** 2011. Disponível em: <https://share.google/6jAwQznOAcK2tW1U6>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CRESS-SC – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL de SANTA CATARINA. **Varal histórico:** Nossos passos vêm de longe Legado das assistentes sociais negras na luta antirracista. 2023. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2023/11/varal-historico.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CRESS-SC – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL de SANTA CATARINA. **Varal histórico:** Nossos passos vêm de longe Legado das assistentes sociais negras na luta antirracista. 2023. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2023/11/varal-historico.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

COSTA, Ana Maria Almeida da; IAMAMOTO, Marilda Villela. Tributo à Conceição de Maria da Costa Muniz. **Revista Goitacá**, v. 1, n. 1, p. 1–16, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagoitaca/article/view/52906>. Acesso em: 23 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EURICO, Marcia C. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. 2017. **SER Social**, Brasília, DF, v. 19, n. 41, p. 414–427, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14947. Acesso em: 25 fev. 2025.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 21.

FERREIRA, Camila M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936–1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

ITAÚ CULTURAL. **Trajetórias: Nego Bispo**. YouTube, 2024. 23:43. Disponível em: <https://youtu.be/Tqt9BnrolFg?si=TbfrMVCaeaNiaZA>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MADEIRA, Maria Z. de A. Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2022, n. 44, p. 75–90, jul./dez. 2022. ISSN 2238-1856 Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39047. Acesso em: 25 fev. 2025.

MEMORIAL LÉLIA GONZALEZ. Majô. In: **Guia de Saúde e Cidadania**. Universidade de São Paulo: 2013. Disponível em: <https://sites.usp.br/guiacseb/majo/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOREIRA, Tales W. F. Serviço Social e a questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 27, n. 1, p. 83-100 jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v27i1.2812>. Acesso em: 25 fev. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio no negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 79, p. 148–161, 2004.

RIBEIRO, Matilde. Entrevista com Matilde Ribeiro. **Libertas**: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 215–229, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18262/9503/76396>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ROCHA, Roseli da F. **A Incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**: avanços e desafios. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Departamento de Métodos e Técnicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. 211f. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327. Acesso em: 10 jul. 2024.

SAMPAIO, Simone S.; SOUZA, Flávia de B. Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e96157, 2024.

SOUZA, Greyssy K. A. de; ALVES, Victória L. A centralidade do currículo: uma perspectiva sobre as questões étnico-raciais na formação em serviço social. *In: ENPESS: RELAÇÕES DE CLASSE E RAÇA-ETNIA NO BRASIL: DESAFIOS A UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EMANCIPATÓRIA NO SERVIÇO SOCIAL*, 17., 2024, Fortaleza.

Submetido em: 4/3/2025
Aceito em: 23/3/2025